

Sumário

Apresentação	1
Prefácio	7
Introdução	9
1 História do Direito ao Nome	13
1.1 Teorias do Nome	17
1.2 Características do direito ao nome	21
1.2.1 Direito ao nome como direito inato	22
1.2.2 Irrenunciabilidade	24
1.2.3 Inalienabilidade.....	25
1.2.4 Imprescritibilidade.....	27
1.2.5 Imutabilidade.....	28
1.2.6 Extracomercialidade	29
1.2.7 Exclusividade	30
1.2.8 Oponibilidade “erga omnes”	31
1.3 Prenome	32
1.3.1 Direito Italiano	34
1.3.2 Direito Espanhol	35
1.3.3 Direito Português.....	38
1.3.4 Direito Brasileiro	39
1.4 Da imutabilidade do prenome	41
1.5 Proteção do nome em face das atividades sociais e sua dinâmica.....	44
1.6 Substituição do prenome por apelido público	47
1.6.1 Possibilidade de substituição do nome por apelido notório.....	52

1.6.2 Possibilidade de substituição do nome com fundamento no Estatuto da Criança e do Adolescente.....	53
1.6.3 Possibilidade de substituição do nome com fundamento no Código Civil de 1916.....	56
1.6.3.1 Filiação ilegítima.....	58
1.6.4 Proteção contra a discriminação e dignidade da pessoa humana no texto constitucional brasileiro.....	58
1.6.5 Inovação produzida com a entrada em vigor da Lei do divórcio	61
1.6.6 Inovações contempladas com a entrada em Código Civil de 2002	62
1.7 Declaração de nascido vivo	65
1.8 Sobrenome (ou patronímico, apelido de família ou nome de família)	66
1.9 Escolha do nome pelo sumo pontífice	68
1.10 Nome dos índios	69
2 Dos Direitos da Personalidade e a Importância do Nome Civil.....	73
2.1. Da Evolução Histórica.....	73
2.2 Direito Geral de Personalidade nos Séculos XVI e XVII	78
2.3 Das Convenções Internacionais como Instrumento de Tutela da Personalidade	83
2.4 Dos Direitos Fundamentais	85
2.5 Do Conceito dos Direitos da Personalidade e o Direito ao Nome.....	89
2.6 Direito ao Nome da Pessoa Jurídica	102
2.7 Constitucionalização do Direito Civil.....	102
3 Importância dos Direitos da Personalidade na Concessão do Uso no Nome	109
3.1 Como Pode Ser Formulado o Conceito de Transexuais Versus Travestis?	109

3.2 Sexo e Identidade de Gênero.....	111
3.3 Direito ao Nome Social dos Transexuais e Travestis.....	112
3.3.1 Direito à autodeterminação	114
3.4 Importância para a Proteção ao Nome Social	116
3.4.1 Aspectos internacionais.....	116
3.4.2 Aspectos nacionais.....	118
3.4.3 Experiência da utilização do nome social pela Universidade Federal de Ouro Preto	121
3.5 O Ser Sexual e a Identidade de Gênero.....	125
3.5.1 Direitos da personalidade dos transgêneros.....	128
3.5.2 Dignidade da pessoa humana	130
3.6 Sexualidade Humana em Sociedade	133
3.7 Evolução dos Direitos Humanos dos Transgêneros nos Países Latinos	136
3.7.1 Brasil.....	136
3.7.2 Argentina	137
3.7.3 Chile	138
3.7.4 Colômbia.....	139
3.7.5 Peru.....	140
3.7.6 Bolívia.....	141
Conclusão	143
Referências	147